

## Reflexão do Grupo de Trabalho “Escola Inclusiva” do Movimento Pais em Rede (PER)

Como Grupo de Trabalho “Escola Inclusiva” do PER gostaríamos de expor algumas das nossas principais preocupações relativamente aos problemas com os quais os nossos filhos com deficiência se deparam atualmente nas escolas e propor eventuais soluções.

Muitas destas questões foram já abordadas na última Comissão Parlamentar realizada no passado dia 21 de Março 2012, sem que houvesse uma resposta satisfatória.

Com a Declaração de Salamanca (1994), Portugal assumiu o compromisso da implementação da Escola Inclusiva.

A Escola como espaço de aprendizagem e desenvolvimento pessoal para todas as crianças e jovens, incluindo aqueles que apresentem uma Deficiência Motora ou uma Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental Cognitiva(DID).

A partir de Salamanca é dado às crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais o direito de aprender segundo as suas capacidades e necessidades na escola com os seus pares. O direito à não discriminação devido à deficiência é um dos pilares da Declaração. Ideia que surge reforçada na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia da República a 9 de Maio de 2009.

No entanto, atualmente ainda nos deparamos com muitos obstáculos à efetiva inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, impedindo desta forma que cada um possa desenvolver na sua plenitude as suas capacidades pessoais e sociais, assim como as suas capacidades académicas.

Neste contexto, segue uma sucinta reflexão dos aspectos que nos parecem merecer maior preocupação:

### *A contínua redução dos recursos humanos disponíveis*

Cada vez menos professores de Educação Especial são responsáveis por mais crianças. Temos conhecimento de professores de EE que são responsáveis por 14 crianças com NEE diferentes espalhadas por diversas escolas, que apesar de serem dentro do mesmo agrupamento nem sempre estão tão perto como seria desejável. O apoio semanal neste casos varia entre uma a duas horas, de acordo com o diagnóstico. Este apoio direto é insuficiente para alcançar qualquer sucesso académico, pessoal e social.

O acompanhamento reduzido, a falta de articulação das partes envolvidas leva muitas vezes ao fracasso escolar, confundindo a Escola Inclusiva com más práticas.

Pensamos que uma possibilidade de ultrapassar esta lacuna no apoio, seria à semelhança do que é praticado, com enorme sucesso, na Finlândia, a afetação de um professor de Educação Especial a cada turma onde existam crianças e jovens com NEEs. Este método do co-ensino permite a diferenciação necessária e leva a uma otimização dos recursos humanos existentes.

Outro grave problema é sentido em relação às assistentes operacionais. Grande parte das assistentes operacionais que estão com crianças com NEE não tem qualquer formação na área da educação. Não é aceitável que sejam recrutadas pessoas inscritas no Centro de Emprego sem formação ou motivação para trabalhar com NEE. À falta de profissionalismo junta-se uma enorme rotação. As crianças não têm tempo de criar elos pessoais, condição sine quo non para um trabalho produtivo.

Nas unidades de ensino estruturado é necessário ter em conta o número de alunos e o grau de dependência dos mesmos para se definir o rácio de professores e assistentes operacionais nas referidas unidades. O número de assistentes deve sempre depender do trabalho, neste caso das crianças e das suas necessidades. As duas assistentes previstas por lei tornam-se muitas vezes insuficientes. No levantamento de dados que estamos a realizar temos conhecimento de regiões em quem nem o rácio de 2 assistentes é cumprido.

### *Alterações propostas relativamente ao número de alunos por turma*

O aumento de número de alunos aquando da presença de um aluno com NEE torna a praticabilidade da Escola Inclusiva incomportável. É impossível poder dar a um aluno com NEE a atenção necessária se estiver inserido numa turma com 20 alunos ou mais, como costumamos encontrar nas nossas escolas

### Plano Educativo Individual (PEI)

A partir de um levantamento de dados que este Grupo está a realizar a nível Nacional, podemos apontar grandes e graves lacunas relativamente à elaboração e cumprimento dos PEIS.

Em muitos casos os PEI são geralmente elaborados pelos professores de educação especial sem participação ativa dos professores titulares e dos pais, ao contrário do que a lei prevê (3/2008). Verifica-se muitas vezes o não cumprimento do PEI pelas partes envolvidas.

### Currículo funcional

Para a criação de um verdadeiro projeto de vida precisamos de construir cada vez mais e melhores currículos funcionais. As escola tem poucas respostas para estes jovens.

Uma possível alternativa seria a criação de um currículo nos moldes do ensino articulado (que já existe para o ensino especializado da música e da dança).

Este currículo seria construído segundo as áreas de interesse do jovem em articulação com escolas ou instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação.

O objectivo seria que na passagem para o 2º ciclo do ensino básico, e com base no historial de cada criança, os pais em conjunto com o Agrupamento de Escolas elaborassem um currículo que tivesse as disciplinas do tronco comum básicas (Português, Matemática e Língua Estrangeira) mas que a restante componente lectiva incidisse sobre as áreas de interesse.

Esta possibilidade permite aos jovens o acesso a uma profissão no fim do seu percurso escolar, evoluindo como uma pessoa feliz, autónoma, independente e que possa prestar um contributo positivo para a sociedade.

### Transição para a vida ativa

É preciso investir na profissionalização e diversificar as ofertas de trabalho. Não é compreensível que a maioria dos jovens com NEE sejam encaminhados sempre para as mesmas profissões.

Assim como não é aceitável deixar um jovem sem perspectivas no final do seu percurso escolar. Muitos jovens ao fazerem 18 anos veêm o seu projeto de vida interrompido. Ficar em casa sem ocupação vai deitar a perder todo trabalho feito.

O isolamento repentino destes jovens trás consequências gravíssimas a nível da saúde mental e da sua funcionalidade.

É , por isso, fundamental que todo o percurso escolar seja visto como parte integrante do projeto de vida.

### *Classificação Individual Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)*

A utilização da CIF permite a utilização de uma linguagem comum para a descrição da saúde e dos estados relacionados com a saúde, para melhorar a comunicação entre diferentes utilizadores, tais como, profissionais de saúde, investigadores, políticos e decisores públicos.

Nos casos específicos de crianças e jovens com NEE a componente de saúde é fundamental uma vez que a terapêutica da maioria das deficiências passa pela medicina.

A CIF parece ser atualmente o único instrumento de medição que permite comparar os casos utilizando uma mesma linguagem. Enquanto não houver outro instrumento parece-nos que deva ser utilizada.

### *Assimetria de respostas dadas aos alunos com NEE com o mesmo diagnóstico entre as diferentes escolas, locais, regiões*

Atualmente podemos verificar uma discrepância a nível dos apoios terapêuticos e atividades a que as crianças com NEE podem usufruir. Entre os muito exemplo, partilhamos uma caso que nos foi comunicado nos últimos dias. Duas crianças com o mesmo diagnóstico que vivem em Concelhos diferentes mas vizinhos, da área da grande Lisboa: Cascais e Oeiras.

Pela mesma quantidade de apoio terapêutico e outros, como é o caso dos almoços na escola, os pais da criança que vive em Oeiras têm que suportar um custo acrescido de 200 euros em relação aos pais da criança que vive em Cascais. Este exemplo, multiplica-se pelo país fora.

É preciso que os direitos sejam os mesmos para todos independentemente de viverem em Lisboa, Porto, Cascais ou numa aldeia do interior. O Estado tem a obrigação de se responsabilizar por todos os cidadãos da mesma maneira.

### *Falta de Formação dos diretores da escolas, dos professores, técnicos de ação educativa, da comunidade*

A formação dos intervenientes educativos é fundamental. Saber lidar com crianças e jovens com NEE não pode limitar-se à boa vontade. É preciso que os agentes educativos estejam capazes de se envolver no processo da aprendizagem. Esta proximidade implica conhecimento.

Na Escola Inclusiva os alunos com NEE são alunos como os seus pares sem deficiência com os mesmos direitos e deveres.

Num futuro próximo, a inclusão de uma disciplina de Educação Especial em todos os cursos relacionados à educação parece-nos indispensável. Para além dos diferentes técnicos, as formações deveriam contemplar sempre a participação dos pais e Associações de Pais. Não há ninguém que conheça melhor os seus filhos do que os próprios pais. São os pais que sabem dizer o que a criança ou jovem mais precisa de aprender e qual a melhor forma de lidar com a sua especificidade.

Entre outros possíveis modelos, consideramos a recente parceria entre a Associação Pais-em-Rede e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa em que duas mães de crianças com NEE vão reger e lecionar uma Unidade Curricular de Opção, denominada “Necessidades Especiais – pessoa, família, sociedade”. Neste caso as responsáveis pela disciplina irão capacitar os futuros enfermeiros para identificar e compreender as várias etapas de vida da pessoa /família com necessidades especiais e desenvolver uma atitude adequada às suas necessidades. Ter uma atitude profissional facilitadora de uma vivência plena por parte da pessoa/família com N.E.

Este modelo parece-nos uma boa prática de formação que poderia ser adotada nas escolas.

#### [Escolaridade obrigatória até aos 18 anos/ 12º anos](#)

Esta alteração da escola obrigatória exige respostas que englobem os alunos com NEE e que deem continuidade ao trabalho feito. As escolas, os professores devem ser preparadas para receber os alunos com NEE que seguem com os seus pares para os 10º, 11º e 12º anos.

Esta medida implementada sem qualquer preparação prévia deixa-nos bastante preocupados. Os jovens devem seguir com os seus pares, no entanto, é necessário saber recebê-los. Trata-se de uma fase da vida em que se observa muitas vezes o isolamento, a baixa auto-estima que muitas vezes acaba em profundas depressões. Os jovens com deficiência sofrem dos mesmos males que os seus pares com uma maior ou menor capacidade e expressão.

#### [Exames Nacionais](#)

Parece-nos descabido que um aluno com um currículo individualizado (PEI) seja a partir deste ano obrigado a realizar exames nacionais iguais aos seus colegas sem deficiência que acompanharam o programa. Se a criança ou jovem tem adequações curriculares durante o ano lectivo, qual seria o sentido de realizar, no final do ano, uma prova que não tem como objectivo os conteúdos que trabalhou. Aquilo que nos parece sensato é exigir uma prova de acordo com o PEI de cada um.



*Produção e adaptação de livros escolares e outros materiais escolares adequados a alunos com NEE*

Atualmente não existem manuais escolares acessíveis a crianças com deficiência motora. As Editoras apenas disponibilizam manuais escolares em formato PDF, que não permitem que as crianças e jovens com limitações motoras possam responder no seu computador pessoal às fichas dos manuais, tal como os seus pares fazem no livro.

As parcerias inexistentes Editoras/Ministério da Educação impedem o sucesso académico de muitas crianças com NEE.

Na Escola Inclusiva não podem ser toleradas barreiras físicas, curriculares e de sistemas de apoio.

Urge ver a escola como espaço de aprendizagem para todos. Acreditamos e defendemos a escola como lugar de aquisição de competências para a vida ativa para qualquer aluno, o que ainda não acontece nas nossas escolas

Gostaríamos em breve, num encontro presencial ter oportunidade de aprofundar todas as nossas reflexões.

Os melhores cumprimentos,

O Grupo de Trabalho “Escola Inclusiva” – Pais em Rede